CRÍTICA ÀS PRÁTICAS DE AVALIAÇÃO NAS REDES PÚBLICAS DE ENSINO

Marcio de Oliveira Monteiro[1]

RESUMO: Este artigo tem como objetivo analisar criticamente os modelos tradicionais de avaliação utilizados nas redes públicas de ensino de maneira a compreender os significados, a subjetividade, que assumem no contexto escolar, levando em consideração as principais práticas adotadas, no mundo contemporâneo, por docentes e dirigentes das Unidades Escolares. Desse modo, procura-se demonstrar como essas práticas encontram-se e estão inseridas num projeto de educação que reproduz o pré-conceito, modelos e estereótipos. Todavia, este artigo ressalta a importância da ação do gestor escolar nessa dinâmica pedagógica que deve estar pautada, sempre, nos meios e estratégias que favoreçam o desenvolvimento de práticas avaliativas inseridas no processo de construção da aprendizagem, nunca contra ele.

Palavras-chave: Avaliação. Ensino. Gestão escolar.

INTRODUÇÃO

Longe está aquele que de modo profissional espera poder, de maneira isolada e a sós, desvelar incógnitas que, ao longo da história da educação, vêm sendo apresentadas como um grande desafio a ser superado.Entender a avaliação enquanto processo de aprendizagem, percebendo o educando como único, como cultural e, sobretudo, como humano, respeitando sua especificidade, seu momento, suas dificuldades, preconiza o clímax de todo o processo de pesquisa aqui depositado.

Pensar nos problemas experenciados pelos discentes no ambiente escolar é ação inevitável nos dias de pensamentos modernos e ditos inclusivos.O problema é que a realidade tem apresentado um cenário muito distante desse universo teórico quando parece ignorar fatores de ordem afetiva e emocional, produzidos em virtude de passos metodológicos excludentes e incompatíveis com as necessidades do discente.

Diante disso, uma questão-problema se apresenta enquanto motivação para a pesquisa em tela: de que modo as práticas avaliativas inseridas no projeto de

[1] Mestre em Educação pela Universidade Autonoma de Assunção, Especialista em Supervisão Escolar (UNIVERSO), Especialista em História do Brasil (FIPH) e Especialista em Administração Escolar (UCAM), Licenciado em Pedagogia pela Faculdade de Filosofia de Itaperuna. Vice-Presidente do Conselho Municipal de Educação/Itaperuna-RJ; Docente da disciplina de Prática de Ensino dos Cursos de Graduação de Letras e História do Centro Universitário São José de Itaperuna – UNIFSJ. E-mail: diretoreap@yahoo.com.br

Educação reproduzem o pré-conceito e os estereótipos que segregam e excluem os alunos?A relevância do estudo é constatada pelas reflexões e análises possibilitadas a partir das discussões dispostas de maneira sistêmica e crítica no texto deste artigo tendo em vista a figura do docente e do gestor enquanto referências de agentes de transformação na escola contemporânea.

Objetivamente, o estudo visa analisar como as práticas avaliativas inseridas no projeto de Educação reproduzem o pré-conceito e estereótipos que segregam e excluem a sua clientela, a partir dos significados que estes assumem no contexto escolar, levando em consideração as principais práticas adotadas atualmente pelos professores e dirigentes das escolas públicas. De modo específico, espera-se, entender como se dá o processo de avaliação nas Instituições públicas de ensino, bem como o papel dos gestores escolares em meio ao processo avaliativo e os tipos de avaliação.

A metodologia, do tipo bibliográfica, foi operacionalizada a partir de leituras de livros e artigos científicos sobre o tema e trazem as ideias de autores específicos na área de pesquisa, tais como: Caldeira (2000), Hoffmann (2008), Luckesi (2003), dentre outros.

Há que ser ressaltada a escolha equilibrada das seções definidas, que possibilitam um olhar aproximado dos fatos. Nesse sentido, pontua-se a necessidade de que a gestão escolar, professores, alunos e comunidade em geral entendam a importância da unidade no intuito de estabelecer melhorias de fato na vida escolar.

1 AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM NA ESCOLA

O ato de avaliar/julgar está presente em quase todas as situações da vida humana.Desde o momento em que entramos na infância até o fim de nossos dias avaliamos o outro, avaliamo-nos e somos avaliados. Assim também acontece na vida escolar, seja de maneira implícita seja explícita.

De fato, não há como fugir dos “julgamentos”. No entanto, é necessário salientar o modo como são realizadas tais avaliações. Afinal, a aprendizagem escolar, o ato de avaliar, vai para muito além de meros julgamentos, já que se faz por meio de princípios morais e sociais, uma vez que a Educação tem dentre seus

objetivos a formação ou reprodução social. Desse modo, a avaliação não se trata de um ato isolado no contexto escolar, mas sim de um ato que permeia todo o processo pedagógico, e assim deveria ser compreendido.

É comum na maioria das escolas, em especial na escola pública, que todo o desenvolvimento pedagógico – tanto no que se diz respeito ao planejamento de aulas feito por professores, quanto o planejamento pedagógico desenvolvido pelos gestores – gire em torno basicamente da avaliação, de modo quase epidêmico.

Daí ser corriqueiro, no ambiente escolar, ouvir-se dizer que os educadores estão preocupados com as notas de seus alunos. Afinal, se um discente não consegue uma "boa" nota ou um bom resultado, em determinada disciplina, entende-se que ele está fadado ao fracasso, ao título de péssimo aluno. Em outros casos, toda a sua vida escolar passa a ser vigiada para que se consigam descobrir os motivos que levaram o aluno ao fracasso naquela disciplina.

Nesse momento, os técnicos educacionais – gestores e coordenadores pedagógicos – entram em ação e junto aos professores procuram os motivadores das inaceitáveis notas baixas dos exames realizados no período letivo. Exames estes que, na maioria das vezes não, contemplam os alunos; exames que, em vez de qualificar e analisar o senso crítico do corpo discente, criam a tão conhecida dicotomia do "bom" e "mau aluno", do "bom" e "mau professor".

Percebe-se, assim, que a avaliação escolar é um ato extremamente forte e presente em todos os setores que compreendem a educação escolar, sob o qual gestores, professores e alunos estão submetidos, por vezes sem notarem, à reprodução da lógica avaliativa. Uma lógica na maioria das vezes inserida em modelos tradicionais e tecnicistas.

Do mesmo modo, percebe-se um processo avaliatório disperso, distante de enxergar no discente um ser dotado de habilidades e competências múltiplas: seja na área das exatas, das humanas, das artes, seja de qualquer outra área do conhecimento. Assim, e por isso, raramente se leva em consideração o cotidiano dos avaliados e as diferenças que eles têm entre si, elaborando avaliação e instrumentos padrão, como se houvesse aluno padrão, como se fossem todos iguais em experiências de vida e capacidades de compreensão e aprendizagem, negando-se o princípio da singularidade.

A lógica avaliativa reproduzida nas escolas não se trata de uma banal ferramenta inserida no campo da prática pedagógica. Ao contrário e de acordo com Caldeira (2000, p. 122),

> A avaliação escolar é um meio e não um fim em si mesma; está delimitada por uma determinada teoria e por uma determinada prática pedagógica. Ela não ocorre num vazio conceitual, mas está dimensionada por um modelo teórico de sociedade, de homem, de educação e, consequentemente, de ensino e de aprendizagem, expresso na teoria e na prática pedagógica.

E isso facilita a compreensão de que o ato de avaliar não está livre de intencionalidades e muito menos se faz neutro. A avaliação na aprendizagem escolar é dimensionada por um modelo teórico de mundo, de ciência e de educação, traduzida em prática pedagógica que ocorre por meio de condutas, atitudes e habilidades dos atores envolvidos. O processo avaliatório, que na maioria das vezes é meramente classificatório, parece reproduzir dentro da escola sistemas de hierarquia, de modo que os alunos que conseguem passar pelo crivo avaliativo encontram-se no topo da pirâmide, enquanto aqueles que não se adaptam atal sistema permanecem na base.

Como se pode constatar, as práticas pedagógicas que não buscam, através da diversidade, formar dentro da escola uma igualdade, um corpo discente unido e sólido, claramente capaz de belos projetos, são passíveis de trabalhar a segregação e a marginalização dos seus alunos. Como se esta segregação e marginalização não fossem suficientes em seus cotidianos para além dos muros da escola.

Para Esteban(2004, p. 16),

> A avaliação que impede determinadas vozes é uma prática de exclusão na medida em que vai selecionando o que pode e deve ser aceito na escola. A análise da prática pedagógica mostra claramente que a avaliação, como prática construída a partir da classificação das respostas do aluno e alunas em erros ou acertos, impede que o processo de ensino-aprendizagem incorpore a riqueza presente nas propostas escolares, o que seria valorizar a diversidade de conhecimentos e do processo de sua construção e socialização. A avaliação funciona como instrumento de controle e de limitação das atuações (alunos/professores) no contexto escolar.

É de fundamental importância que professores e gestores fiquem atentos às classificações consequentes das avaliações que limitam e empobrecem o trabalho pedagógico desenvolvido, o qual se torna homogêneo a partir da negação das diversidades e heterogenia cultural, social, cognitiva no grande processo de formação do cidadão.

O desejo de padronizar o acesso ao conhecimento, supondo uma condição única para todos os alunos, significa tratar a todos da mesma forma, na perspectiva de que todos devem ter o mesmo ritmo de trabalho, com o mesmo livro, o mesmo material; adquirir os mesmos conhecimentos, ao mesmo tempo, fazer as mesmas provas.Outrossim, a classificação não pedagógica acaba por aferir "pontos" com base em critérios não explicitados e fundamentados em atitudes como atenção, disciplina, docilidade, assiduidade, pontualidade, criatividade, participação, etc.

Desse modo, é preciso compreender que não se trata de ampliar o número de instrumentos avaliativos no período letivo trabalhado pelo professor. Mas é preciso dar significado a cada ação avaliativa, sem engessá-la apenas pelos resultados quantificáveis, mensuráveis.Convém que se enxergue para além de tais resultados, isto é, para estratégias pedagógicas que imprimam uma ideia dinâmica de recuperação, que venha a oferecer à escola dados para o planejamento de ações que tenham a proposta pedagógica como principal objetivo.

Neste momento de crítica, das práticas pedagógicas que cerceiam a avaliação escolar, devem ser salientados os processos históricos que levaram a utilização e o emprego dessas práticas, que se reproduzem atualmente de maneira velada e sorrateiramente nos estabelecimentos brasileiros de ensino.

2 A AVALIAÇÃO ESCOLAR NO PROCESSO HISTÓRICO PEDAGÓGICO

O processo avaliativo ao longo dos séculos, focado no exame, na seleção, na classificação, quando analisado sob o teor da História, possibilita a compreensão acerca do ganho cognitivo que se tem ao se tentar resgatar o significado de avaliação nas concepções pedagógicas dominantes no contexto escolar. E possível também entender em que medida tais concepções se encontram, ainda hoje, presentes e dominantes, na atual prática de avaliação do processo de ensino e de aprendizagem.

De acordo comLuckesi (2003, p. 16),

> A tradição dos exames escolares, que conhecemos hoje, em nossas escolas, foi sistematizada nos séculos XVI e XVII, com as configurações da atividade pedagógica produzidas pelos padres jesuítas (séc. XVI) e pelo Bispo John Amós Comênio (fim do séc. XVI e primeira metade do século XVII).

As primeiras práticas de avaliação são utilizadas a partir do século XVI, através de exames e provas utilizados nos colégios católicos dirigidos pelos jesuítas e posteriormente em escolas protestantes. Tais práticas estão inseridas no que chamamos de pedagogia tradicional.

Há registros de que há anos antes de Cristo, na China, utilizavam-se de exames para avaliação de homens que lutariam em exércitos. No entanto, a avaliação escolar, como conhecemos hoje, se estabeleceu com o advento da modernidade e tem seu ápice com a ascensão e consolidação da burguesia. Uma vez que, neste momento trabalho e estudo, tornam-se ferramentas de ascensão social. Conforme se dá o desenvolvimento do sistema capitalista, a avaliação permanece como peça para a sustentação do mesmo.

Dessa forma, afirma Afonso (2000, p. 30):

> É, portanto, ao longo do século XIX que se assiste à multiplicação de exames e diplomas, pondo em evidência o contínuo controle por parte do Estado dos processos de certificação. Como Karl Marx observou, o exame passa a mediar às relações mais amplas da cultura com o Estado, constituindo-se num vínculo objetivo entre o saber da sociedade civil e o saber do Estado.

Para o autor em epígrafe, a pedagogia tradicional cria raízes em nossas culturas e se estabelece até os dias atuais como ferramenta do sistema socioeconômico em que vivemos: o capitalismo. Assim sendo, os exames consistiriam numa forma de controlar e mediar o conhecimento adquirido e ter conhecimento, ou mesmo comprovar tê-lo.Passa a ser uma necessidade, um requisito inquestionável para se atingir a ascensão social e, dessa forma, facilitar o controle pelo estado capitalista, que determina quem e de que forma uma nação deve ser escolarizada.

A avaliação, nesse contexto, separa os avaliados em classes, no sentido de determinar quem está apto ou não a exercer e/ou a executar alguma coisa. Para Luckesi (2003, p. 47), “a sala de aula é o lugar onde, em termos de avaliação, deveria predominar o diagnóstico como recurso de acompanhamento e reorientação da aprendizagem, em vez de predominarem os exames como recursos classificatórios”.

Historicamente, é clara a percepção de que a avaliação sempre esteve voltada para o exercício do exame, da classificação e separação de educandos em classes de aprendizagem. Todavia, a sociedade escolar dita moderna e contemporânea ainda é tomada pelo tradicional, e nossos docentes e gestores educacionais reforçam esse paradigma, principalmente quando o sistema precisa limitar quantidade de instrumentos avaliativos a serem aplicados aos docentes.

Os discentes estão indo para a sala de aula no ímpeto de aprender a matéria da prova, e talvez por isso a “aula” esteja ficando chata e retrógrada. Não há uma ciência de serventia para a vida humana, uma ciência que os possibilitará uma vida menos medíocre e ignorante, capaz de informar para formar cidadãos críticos.

A avaliação classificatória faz com que a aprendizagem em sala de aula resuma-se ao conteúdo que será cobrado na prova. Dessemodo, formam-se alunos mecânicos e superficiais, e que em dias ou semanas após as provas já se esqueceram de todo o conhecimento adquirido em meses de ensino, tornando os profissionais da educação reféns de um projeto dominador e falho.

Nessa perspectiva, outra função tradicional que a avaliação assume no contexto escolar é a certificação, isto é, o diploma garante que o seu portador recebeu uma formação e, portanto, não necessita submeter-se a novos exames. Tratamos aqui de um padrão tecnicista, que visa à atribuição mera de diplomas. Nesse sentido critica Perrenoud (1999, p. 13) ao afirmar que

> Uma certificação fornece poucos detalhes dos saberes e competências adquiridos e do nível de domínio precisamente adquirido em cada campo abrangido. Ela garante, sobretudo, que um aluno sabe globalmente “o que é necessário saber” para passar para a série seguinte no curso, ser admitido em uma habilitação ou começar uma profissão.
> [...]
> A vantagem de uma certificação instituída é justamente a de não precisar ser controlada ponto por ponto, de servir de passaporte para

o emprego ou para uma formação posterior.

Os modelos educacionais que se utilizam apenas da avaliação na modalidade classificatória e da certificação contribuem para a decadência do ensino, uma vez que a nota, não a aprendizagem, torna-se imprescindível ponte para se chegar ao tão importante e sonhado certificado de ensino.

O ato de avaliar no presente, fundamentado num movimento proposto pela concepção pedagógica sublimada no tempo passado e ainda vigente, deveria servir de parâmetro perceptivo aos educadores, aos gestores, aos pensadores educacionais e legisladores, no sentido de provocar uma reflexão para o modelo de instituição escolar que temos no Brasil.

Afinal, docentes e gestores têm servido à permanência de uma prática escolar isolada e independente a serviço de um pensar e agir ideológico sobre educação, pautado na superioridade do intelecto, sob o qual o papel da escola pública, na prática, é o de reproduzir o pensamento hegemônico vigente.

É importante e necessário que a pedagogia escolar se fortaleça na formação da consciência do aluno-cidadão, capaz de analisar a sociedade passo a passo, os espaços, os sistemas, tempos, regras e práticas e ciências. No entanto, percebe-se que a geografia ruma justamente num caminho contrário, devido às normas em que o profissional é levado a seguir os Parâmetros Curriculares Nacionais, currículos mínimos, materiais didáticos e por suas próprias práticas em sala de aula que carregam na maioria das vezes uma miopia ou uma impossibilidade/inércia frente às barreiras invisíveis que cerceiam e limitam o agir educativo em virtude do educacional pouco esmerilado.

Por fim, entende-se a importância da escola repensar suas práticas avaliatórias, sem negar, todavia, a utilização estratégica de instrumentos avaliativos mensuráveis, quantitativos. O que é imperdoável para a escola é limitar todo processo de ensino e de aprendizagem aos números, quantificando competências e habilidades, ignorando o fato de que o homem/cidadão precisa ser visto sob o olhar holístico.

3 MODALIDADES DE AVALIAÇÃO

Apesar de todo o pessimismo existente por detrás do modelo pedagógico a que os profissionais da educação estão submetidos, alguns gestores e docentes conseguem se distanciar de tais padrões e realizar uma prática educacional inovadora, corajosa e revolucionária. Para isso é preciso entender a importância da avaliação no contexto escolar, como ela se divide e se define. Há três principais definições a respeito das avaliações escolares dispostas por meio das modalidades de avaliação: diagnóstica, formativa e a somativa.

De modo sistêmico, a avaliação diagnóstica tem por objetivo analisar os conhecimentos que cada aluno deve possuir em momentos específicos, a fim de que se iniciem novas aprendizagens.Nessa modalidade avaliativa é utilizado como prognóstico o desenvolvimento do discente em determinado conteúdo, prevendo se ele está preparado para novos e mais complexos níveis de aprendizagem.

A avaliação formativa, por sua vez, possui função semelhante à diagnóstica. Tendo esta, grande relevância na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN, de 20 de dezembro de 1996. Sua finalidade é avaliar durante o processo de aprendizagem se os conteúdos e ensinamentos transmitidos foram ou não bem assimilados pelos discentes, se favorecem ou não o desenvolvimento de habilidades e competência a que se propõe. Ou seja, a avaliação formativa é tratada como uma ferramenta avaliativa, utilizada cotidianamente em sala de aula e consistiria no olhar atento do corpo docente em relação aos discentes, de modo rotineiro, viabilizando uma reengenharia educativa.Pode-se dizer que a avaliação formativa reorienta as próprias práticas de ensino utilizadas pelos docentes e gestores educacionais, que deverão ter seus olhos voltados, não para o produto final gerado pela aprendizagem, e sim para o que ainda pode e está sendo construído.

Por fim, a avaliação somativa é utilizada de tempos em tempos, periodicamente, com o intuito de conhecer os resultados obtidos, pelos discentes, através dos instrumentos avaliativos utilizados e, desse modo, permitir que os atores sejam classificados, rotulados.A avaliação somativa prioriza os resultados, e não o processo de aprendizagem em si, sendo utilizada para certificar e comprovar se o método de ensino é ou não funcional.

Neste sentido, o ato de avaliar deve estar sempre incluso no processo de ensino e aprendizagem e numa organização curricular. Não deve este, contudo, servir como ferramenta de segregação e classificação de educandos, reproduzindo a

hierarquia de aprendizagem dentro e fora de sala de aula. O processo avaliatório deve estar sempre relacionado a um processo de construção e formação de práticas pedagógicas que viabilizem o melhor entendimento do discente em relação à ciência, sempre relacionada aos conhecimentos do seu cotidiano.

No entanto, o sistema de ensino público vigente, considera, na prática, a avaliação da aprendizagem uma ferramenta geradora de números, ou seja, trata o ato de avaliar como mero propulsor de resultados quantitativos da aprendizagem. Através de exames que pouco se assemelham com a realidade das escolas públicas, o estado e o sistema educacional a que somos submetidos almejam notas, boas notas de seus estudantes. Desejam que alunos, em sua maioria, consigam desenvolver capacidades distantes de suas necessidades e realidade.

Afinal, basta analisar o currículo mínimo que as escolas de todo o país devem cumprir para perceber que nosso sistema educacional não está preocupado em formar alunos/cidadãos pensantes, possibilitados a compreender-se enquanto seres humanos críticos inseridos na lógica tempo/espaço. Tampouco estão interessados com o processo de aprendizagem e suas problemáticas.

Deste modo, é difícil imaginar uma realidade escolar que fuja dos moldes tradicionais, classificatórios e quantitativos impostos pelo sistema educacional vigente. Complicado é enxergar o ato de avaliar inserido numa real prática que vise transformar resultados de avaliações em novas metodologias de ensino e instrumentos para superar as barreiras da aprendizagem. O problema é assim constatado por Hoffmann (2008, p.102):

> [...]
> Sob a roupagem de uma avaliação formativa, a avaliação classificatória ainda predomina em muitas escolas, substituindo-se os golpes únicos (antigos provões) por “provinhas” e tarefas que, no entanto, não têm por finalidade acompanhar a evolução dos estudantes, replanejar a ação educativa de forma a oferecer-lhes melhores oportunidades significativas de aprendizagem (avaliação mediadora).

Por várias razões é complicado imaginar nossa educação pública desta maneira. Uma vez que os profissionais de educação são submetidos à condições precárias de trabalho, onde os salários são baixíssimos e há pouco investimento

para que os mesmos se aperfeiçoem, dificultando atingir uma educação realmente de qualidade.

Enquanto a lógica de aprendizagem for de um professor para cinquenta alunos, será realmente difícil trabalhar com práticas de ensino revolucionárias e eficazes. Desse modo, as práticas avaliativas, supra, discutidas, irão reproduzir-se, já que é muito mais simples e cômodo avaliar cinquenta alunos com exames padrões e iguais para todos. Assim, salas cheias preconizam o padrão avaliativo, classificatório.

Enquanto nossas escolas públicas receberem bônus e gratificações do governo, de acordo com a quantidade de alunos que aprovam todos os anos ou de acordo com a média que os mesmos alcançam em avaliações sistemáticas de controle Governamental, a saber: SAERJ (Sistema de Avaliação da Educação do Estado do Rio de Janeiro), ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio), PROVA BRASIL e outros tipos de avaliação; enquanto esses e mais fatos acontecerão em nosso sistema público de ensino, nossas escolas, métodos e práticas educacionais permanecem voltados para um ensino avaliativo, qualitativo, alienador e sem sentido.

Não se faz aqui apenas uma crítica aos modelos de avaliação escolar e o modo como estes são empregados. Critica-se de igual forma o sistema e as ideologias que circundam, cerceiam e introduzem as práticas avaliativas. Critica-se o modelo educacional que devemos seguir e reproduzir. Critica-se a avaliação escolar que reprova e aprova alunos, a avaliação da aprendizagem, que assim como a aprendizagem, colocam nossos alunos em gavetas.

Desse modo, é preciso entender o procedimento avaliatório, seu processo, como bem entende Lima (2008, p. 60), ao considerar que,

> O ato de avaliar pressupõe apreciar o estágio em que o sujeito se encontra. Não se pode confundir com mera contemplação, pois é uma observação cuidadosa de como ele está, de como se comporta e reage sozinho e no grupo. É a percepção da fase/estágio em que se encontra, considerando vários aspectos de sua dimensão humana.

Em uma pirâmide, aqueles que conseguem assimilar os tradicionais e muita das vezes alienantes conteúdos, encontram-se no topo desta pirâmide. Reproduzir

esse modelo de avaliação de aprendizagem é o mesmo que fazer com que crianças e jovens desistam precocemente da vida escolar. Percebe-se, uma política cruel e de tratamento desigual que marginaliza e trata o cidadão como fracassado e incapaz, revitalizando o processo de avaliação escolar em seu caráter excludente.

Em contraponto à tantas críticas, é necessário que se tenha um olhar esperançoso e otimista em relação à aprendizagem escolar e suas avaliações. É totalmente possível que com o tempo, boas cabeças pensantes e críticas, professores e gestores unidos pelo propósito de melhoria da educação, conselhos de classe com a participação dos discentes, pesquisas, possa se chegar à uma prática educacional mais eficaz e que rompa com os moldes tradicionais e arcaicos.

Considerações Finais

As críticas que serviram de reflexão à criação do texto, dispostas nesse artigo conduzem à compreensão de que nossas práticas educacionais/ pedagógicas não devem ser fundamentadas apenas com base em dados mensuráveis, sob o qual se buscou caracterizar. Até porque, enquanto educar for sinônimo de resultados, números... , as práticas de ensino serão consumidas pelo fracasso.

Diante de tudo o que se expôs ao longo de todo o texto, uma verdade se fez realçar, levando pesquisador e pesquisa a compreender de que modo as práticas avaliativas inseridas no projeto de Educação reproduzem o pré-conceito e estereótipos que segregam e exclui. O que certamente já pode ser respondido. Afinal, quando utilizada de maneira indiferente, sem compromisso com a recuperação do ser humano, a avaliação acaba por ser erva daninha.

Apesar dos tantos e variados problemas que o ensino público brasileiro enfrenta, o mesmo continua a ser uma esperança para os que desejam uma melhor realidade social, uma vez que será através de nossas escolas e práticas de ensino, que se poderá fazer de um aluno humilde e com poucas experiências, um ser repleto de consciência e capaz de se colocar no tempo e espaço.

É por meio de reflexões e críticas aos modelos de avaliação da aprendizagem, por exemplo, que será possível tornar um aluno sem expectativas, fadado à tristes notas baixas tiradas nos exames sem lógica e contexto, em um aluno capaz de assimilar a ciência através do diálogo com o cotidiano.

Um aluno que consiga através da aprendizagem perceber suas capacidades e desenvolvê-las, neste momento a prática avaliativa, terá a finalidade de perceber o crescimento deste mesmo aluno, sem julgá-lo, estereotipá-lo ou enquadra-lo em uma pirâmide hierárquica que não deveria existir no contexto escolar.

Outrossim, é necessário que a gestão escolar, professores, alunos e a comunidade em que está inserida a escola tenham relação continua e plena. Para que assim, se estabeleça melhorias de fato na vida escolar. Que todos esses objetos sejam agentes capazes de tornar o ensino e, por conseguinte as práticas avaliativas, ferramentas de mudança social.

REFERÊNCIAS

AFONSO, Almerindo J. **Avaliação educacional:** regulação e emancipação. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2000.

CALDEIRA, Anna M. Salgueiro. **Avaliação e processo de ensino-aprendizagem**. Presença Pedagógica, Belo Horizonte, v. 3, p. 53-61, set./out. 2000.

ESTEBAN, Maria Tereza. Pedagogia de Projetos: entrelaçando o ensinar, o aprender e o avaliar à democratização do cotidiano escolar. In: SILVA, J. F.; HOFFMANN, J.; ESTEBAN, M. T. (Orgs.).**Práticas avaliativas e aprendizagens significativas:** em diferentes áreas do currículo. 3.ed. Porto Alegre: Mediação, 2004. p. 81-92.

HOFFMANN, Jussara Maria Lerch. **Avaliar:** respeitar primeiro, educar depois – Porto Alegre: Mediação, 2008.

LIMA, Lilian. **Escola não é circo, Professor não é palhaço:** intencionalidade e educação. 2.ed. Rio de Janeiro: Wak, 2008.

LUCKESI, Cipriano C. **Avaliação da aprendizagem na escola:** reelaborando conceitos e recriando a prática. Salvador: Malabares Comunicação e Eventos, 2003.

PERRENOUD, Philippe. **Avaliação:** da excelência à regulação dasaprendizagens – entre duas lógicas. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1999.